



Os professores temporários sem cor: um estudo sobre a impossibilidade de ser negro no Estado mais preto do país

Palavras-Chave: Raça, professores temporários, cultura.

Victor Morgado Farias dos Santos - IEL

Prof.^a Dr.^a Selma Borghi Venco – FE

A presente pesquisa do programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC nº 10/2020 do processo 104079/2021-5 e que se vincula aos estudos realizados pela Prof.^a Dr.^a Selma Venco, financiada pela FAPESP, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) tem como objetivo questionar a política de averiguação racial entre os professores temporários que atuam na educação básica vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEE-BA), entre 2012 e 2019. A hipótese que orienta a pesquisa é que o alto número de professores não declarados demonstra a presença da cultura do embranquecimento (MUNANGA, 2020) em todo país.

A Bahia de Todos os Santos, o topônimo de Bahia, foi o primeiro território, do que hoje é dado como Brasil, a ser invadido pela brancura no século XVI (BUENO, 2003, p.18) e em poucos anos constituiu, por meio da fundação da capital, a centralidade do poder português em toda a colônia por mais de dois séculos (PARAÍSO, 2011, p. 81). A Bahia, portanto, representou um ponto chave para a colonização do país, que tinha o elemento negro como “moeda de troca e, ao mesmo tempo, era a principal força motriz do sistema econômico” (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 258).

Ao decorrer da história do Brasil, as elites dominantes tentaram impor um significado negativo atrelado de ser negro (MUNANAGA, 2020). Esse processo deu-se fundamentalmente pelo campo da cultura. Assim, necessita-se explicar rapidamente o conceito. Segundo Antonio Gramsci, a “cultura não é somente saber, mas é também viver” (GRAMSCI, 2002b, p. 236). Isto é, é uma forma de pensar, sentir e viver a realidade de determinada sociedade (VIEIRA, 1999, p. 61) produzida pelas lentes da elite dominante e de grupos dissidentes por meio de “práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares, tradições populares e referências civilizatórias que marcam a condição humana” (GOMES, 2005, p. 41). A dinâmica dessa relação orienta-se pela resistência constante à cultura hegemônica tanto na sociedade política, representada por instituições estatais que exercem o controle constitucional, quanto na sociedade civil, que são organizações plurais, como mídias, terreiros, comunidade científica etc (CASTRO; RIOS, 2007, p. 225 - 226).

Com a abolição e a constituição da República, as elites pensaram como estabelecer uma política na sociedade política e civil, na primeira metade do século XX, que desse cabo da situação dos antigos escravizados. Para tal, recorreu-se até a década de 1930 a pensadores que refletiam raça por meio de “classificação dita científica derivada da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos) (...) considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos” (MUNANGA, 2003, p.8). Neste período, os mestiços de brancos com os novos libertos, os pardos (VIANA FILHO, 1946, p. 18), produto “prévio estupro da mulher africana” (NASCIMENTO, 1978, p. 62), foram vistos como ferramenta para o embranquecimento da população.

Com os avanços humanitários na sociedade ocidental (MUNANGA, 2020) e o declínio definitivo das teorias eugenistas após os horrores da Segunda Guerra (GUIMARÃES, 2003, p. 96), as elites refinaram o processo de negação da negrura em detrimento da construção de uma identidade nacional (GUIMARÃES, 2003). O brasileiro, fruto da suposta harmonia racial (VIANA, 1922, p. 277), surgiu na Semana de Arte Moderna de São Paulo e apesar de estruturar-se por um ideal anti-racialista, ainda conserva, moralmente, intelectualmente e ontologicamente uma identidade branca (LIMA, 2009). Aos descendentes dos africanos, relegou-se a ser acolhido simbolicamente como parte da origem do brasileiro (GUIMARÃES, 2003, p. 101) e a possibilidade de se desenegrecer, ou seja, negar sua cultura (FANON, 2008) para poder ser parte da nação (NASCIMENTO, 1978, p. 123), além de ter que ascender economicamente, contrariando toda uma estrutura que “a situação econômica do elemento negro manteve-o, constantemente no nível social mais baixo da sociedade” (BASTIDE; FERNANDES, 1955, p. 91).

Na sociedade baiana da segunda década do século XXI, os negros, composto pelas categorias preta e parda presente no censo do IBGE (OSÓRIO, 2003), são a maioria, como mostra as tabelas abaixo:

Bahia (número absoluto)								
Cor/Raça	Ano							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Preta	2502	2384	2568	2816	2928	3082	3390	3345
Parda	8958	9194	8963	8876	9016	8729	8605	8561
Negra	11460	11576	11531	11692	11944	11811	11995	11906
Branca	2873	2833	2962	2841	2608	2831	2676	2776

Total	14423	14486	14547	14610	14670	14731	14793	14854
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual								

A questão que fica é: como esse Estado, majoritariamente negro, pode ter a seguinte representação, na mesma década, de professores temporários vinculados a SEE-BA:

Temporários										
		Ano								
Declaração racial		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Negros	Número absoluto	239	2024	719	964	644	597	675	730	391
	Número Relativo	2,30	21,90	7,17	9,52	5,50	6,16	7,06	8,17	5,5
Branços	Número absoluto	74	646	243	298	154	147	188	211	136
	Número Relativo	0,71	6,99	2,42	2,94	1,31	1,51	1,96	2,36	1,93
Não declarados	Número absoluto	10048	6500	9024	8765	10822	8868	8547	7799	6428
	Número Relativo	96,70	70,33	90,03	86,56	92,44	91,55	89,45	87,35	91,25
Dados coletados a partir do Censo Escolar do INEP										

Uma resposta rápida, porém não ingênua, responsabilizaria a desigualdade racial, visto que a trajetória média de anos de estudo para a população negra na Bahia é inferior à da população branca (FERRARO, 2009, p.823). Contudo, o que torna singular a questão da autodeclaração racial dessa categoria docente é o alto número de professores que não se

declaram racialmente, ou seja, professores sem cor. Uma explicação para esse dado opera-se pela ação das elites hegemônicas na sociedade política, que ou está impedindo o processo de averiguação racial de forma mais abrangente, ou não está se mobilizando para impulsionar os professores temporários a preenchê-la, demonstrando as consequências ainda atuais da identidade nacional embranquecida, que impõe para os negros o desenegrecer para pertencer a uma nação branca, visto que “tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva” (FANON, 2008, p. 32).

Tal fato, afeta o debate acerca das desigualdades raciais dentro do contexto das relações de trabalho entre professores temporários e concursados. Isto é, a categoria de docentes não concursados é marcada pela precariedade objetiva (LINHART, 2009), que manifesta-se por uma contratação flexível, temporária, além de definida por uma jornada de tempo parcial e um conjunto de vulnerabilidades causado pela instabilidade de emprego (VENCO, 2018, p. 101 – 102). Logo, a falta de uma política de averiguação racial entre os temporários vinculados a SEE-BA, impossibilita a compreensão da dimensão do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) nas diferenças entre as categorias docentes, que, segundo Rigolon e Venco (2013), desempenham as mesmas funções, mas não compartilham os mesmos direitos.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BUENO, E. *Brasil: uma história*. Segunda edição revisada. São Paulo. Ática. 2003.
- CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. *Escola e educação em Gramsci*. Revista de iniciação científica da FFC, Marília, V.7, n.3, p. 221 - 228, Abril, 2007. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/187>>. Acesso em 11 de Janeiro de 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* Salvador: EdUfba, 2008.
- FERRARO, Alceu Ravanello. *Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro*. Cadernos de Pesquisa [online]. 2009, v. 39, n. 138, pp. 813-835. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000300007>>. Acessado 25 Agosto 2021.
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000b. v. 2.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. Educação e Pesquisa [online]. 2003, v. 29, n. 1, pp. 93-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>>. Acessado: 28 de Maio de 2021.
- LINHART, Danièle. *Modernisation et précarisation de la vie au travail. Papeles del CEIC*. Vol. 1, marzo-sin, 2009, pp.1-19. Universidad del País Vasco.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 26 de Jan. de 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Repositório do conhecimento do IPEA, Brasília, novembro, 2003.
- PARAÍSO, MHB. *Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações*. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. *Baía de todos os santos: aspectos humanos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 70-101. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/jy7mt/pdf/caroso-9788523211622-05.pdf>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2021.
- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. *Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra*. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257 - 270, julho/dezembro de 2014.
- VENCO, Selma; RIGOLON, Walkiria. *Quem quer ser professor? A precariedade objetiva e subjetiva no trabalho docente*. 36ª Reunião Nacional da ANPEd, Goiás, 2013. Disponível em <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_2817_texto.pdf>. Acesso em 21 de Abril de 2020.
- VENCO, Selma. *Situação de quasi-uberização dos docentes paulistas?*. Revista ABET, João Pessoa, V.17, n.1, p. 94-104, jan./jun. 2018.
- VIANA, Oliveira. *O typo brasileiro. Seus elementos formadores*. In: Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil - Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- VIANNA FILHO, Luiz. *O Negro na Bahia*. São Paulo. Livraria José Olympio Editora: Coleção Documentos Brasileiros, 1946.
- Vieira, Carlos Eduardo. *Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci*. Educação e Pesquisa [online]. 1999, v. 25, n. 1, pp. 51-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97021999000100005>>. Acessado 25 Agosto 2021.